

reportagem cultural

Prudência e estratégia



Obras recuperadas da enchente, que antes estavam no subsolo do Margs, estão secando em andares superiores

Priscila Pasko, especial para o JC *

Respeitar as etapas do processo de salvamento de arquivos e acervos é fundamental e, em algumas situações, elas podem definir se o material em questão poderá ser recuperado ou não. A coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), Dóris Couto, recomenda que os resgates devem ser feitos após a água baixar. Enquanto o nível estiver alto, cobrindo o pé, corre-se o risco de pisar em peças dos acervos, já que eles se deslocam na água. Nestas condições, “estamos sujeitos a pisar em uma fotografia ou documento importante, de tropeçar em uma

cerâmica. E o dano que a água não causou anteriormente acaba sendo provocado justamente pela tentativa de retirar a peça da água”, alerta.

Voluntários que se ofereceram a ajudar receberam orientações como essas. Após algumas instituições criarem formulários para inscrições, foram promovidos eventos de capacitação online, além de orientações por vídeo-chamadas e trocas de mensagens, procedimento que ainda está sendo adotado. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers) também fez essa chamada a profissionais e a estudantes de áreas afins interessados em contribuir. A diretora do Apers, Aerta Moscon,

conta que mais de 700 pessoas se voluntariaram para o resgate dos acervos atingidos pelos alagamentos. O trabalho iniciou no dia 15 de maio e, no momento, não há data definida para novas capacitações.

O órgão está resgatando documentos pertencentes às secretarias do Poder Executivo do Estado e dos arquivos municipais que aderiram ao Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS). “O cenário é catastrófico, pois, se não recuperarmos esses acervos, o Estado ficará sem uma parte significativa de sua história. Além disso, é crucial destacar que esses documentos são garantias dos direitos dos cidadãos”, ressalta Aerta.

Uma corrida contra o tempo

É de São Paulo que a conservadora-restauradora de papéis, Fernanda Auada, auxilia voluntários do Rio Grande do Sul. “É bastante difícil para quem está longe. Dá vontade de correr para aí e atuar junto. Há que se pensar muito rapidamente nas melhores soluções com os materiais, pessoas e espaço de trabalho que existem”, explica a restauradora, que presta orientações a três grupos em um aplicativo de troca de mensagens.

Fernanda observa que são poucas pessoas fazendo os trabalhos de resgate ou secagem, e defende a necessidade de equi-

pes maiores. Durante o acompanhamento que faz, comenta que os voluntários trabalham em locais úmidos, sob o risco de encontrar animais peçonhentos. “As pessoas que estão na linha de frente deste trabalho com os acervos estão se dedicando ao máximo, trabalhando muitas horas seguidas, com pouco descanso. Porque agora é uma grande corrida contra o tempo. Assim que é possível entrar no edifício, as ações devem ser imediatas para evitar a progressão de danos”.

Fernanda se une ao coro que defende a urgente valoriza-

ção do patrimônio, sobretudo diante das mudanças climáticas. Ela esclarece que, ao adotar o plano gestão de riscos, as instituições identificam os riscos presentes, as suas fontes, a probabilidade de ocorrerem e o quanto destruiriam as obras. “São pouquíssimas organizações brasileiras que desenvolveram um plano de risco. Quando implementados, eles preveem treinamentos e simulações de sinistros, para deixar as equipes afiadas quando precisarem agir. Com isso, certamente, muita coisa poderia ter sido recuperada (no Rio Grande do Sul)”.

O socorro ao setor cultural

Em razão das enchentes, a Secretaria de Cultura do Estado já havia antecipado processos de pagamento de recursos para projetos aprovados na Lei Paulo Gustavo, flexibilizado prazos e normas para projetos culturais durante o estado de calamidade e mobilizado uma força-tarefa para recuperar museus.

No final da primeira semana de junho, o governo do Rio Grande do Sul anunciou, por meio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), a destinação de R\$ 25 milhões para o setor cultural. Destes, R\$ 15 milhões são para a recuperação dos espaços físicos culturais do Museu de Arte do RS (Margs), o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom), a Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ) e a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), todos em Porto Alegre. O Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, também será contemplado. O montante também contemplará um festival, para socorrer artistas, e um edital de patrocínios para projetos.

A secretária estadual de Cultura, Beatriz Araújo, informa que o Sistema Estadual de Cultura está realizando um mapeamento de instituições culturais que so-

freram impacto em todos os municípios do Estado. Espaços de Canoas, Lajeado, São Leopoldo e outras localidades impactadas já receberam atenção e novas visitas estão agendadas para municípios do Vale do Rio Taquari.

Sabe-se que a ocorrência de eventos climáticos extremos será cada vez mais frequente. Diante disso, seria preciso o alinhamento de uma agenda que estimule e concilie a cultura material e imaterial com as pautas do meio ambiente, assim como a articulação das secretarias da cultura com as demais. Em resposta, Beatriz Araújo fala que a Sedac tem procurado atuar de forma conjunta e transversal com outras secretarias, como a de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), da Educação (Seduc) e do Meio Ambiente (Sema).

Ela anuncia outras ações que devem ser colocadas em prática ainda neste ano, como o seminário internacional Cultura e Antropoceno, que será sediado na Casa de Cultura Mario Quintana. “Os detalhes ainda estão sendo definidos, mas já posso adiantar que o evento contará com pesquisadores da comunidade científica, que dialoguem com autores e artistas cuja produção e atuação também se dê por essa linha.”



Itens do Museu Prof. Gustavo Adolfo Koetz, em Igrejinha, sofreram danos